

Economistas condenam o quarto choque

A hiperinflação não estaria tão perto e um congelamento não faria efeito

Um grupo de economistas que se reuniu quinta-feira no Ministério da Fazenda, em São Paulo, encaminhou ao governo algumas sugestões de ajustes na política de controle da inflação — e condenou a hipótese de um quarto choque, defendida por áreas próximas ao Planalto. Entre os economistas presentes ao encontro, estavam Celso Martone, José Roberto Mendonça de Barros e Juarez Rizzieri, da USP, Antônio Kandir, da Unicamp e Péricio Arida e André Lara Resende, da PUC carioca. De escolas e correntes de pensamento diferentes, eles traçaram quadros bastante parecidos da economia brasileira e fizeram recomendações igualmente semelhantes para garantir o controle da situação até a chegada das eleições.

A inflação, na visão dos economistas, avança firme em

direção à marca dos 50% mensais. Mas a hiperinflação, caracterizada como uma desarrumação geral da economia, não está tão perto quanto se imagina. Por isso, não se justificaria o choque ou qualquer outra solução heróica. Um congelamento de preços em plena troca de governo não faria efeito ou, pior ainda, poderia até precipitar a hiperinflação.

Restaria fazer apenas uma calibragem da atual política econômica. O primeiro acerto seria conter os reajustes das tarifas públicas estritamente aos níveis da inflação — e não mais conceder alguns pontos de vantagem em relação ao IPC. Os economistas recomendam também controle rígido da política monetária, com o objetivo de evitar a fuga de dinheiro do overnight para aplicações especulativas. E insistem no fechamento de algum tipo de acordo com os empresários, para segurar os reajustes de preços.

O ministro da Fazenda está parcialmente afinado com essas teses. Ele já prometeu manter os

juros reais em 3%. E vai retomar uma série de encontros com empresários: na agenda de amanhã, estão marcadas reuniões com representantes dos setores de material de higiene e limpeza, de alimentos e de produtos eletrônicos. A contenção das tarifas públicas, porém, ainda estaria em discussão. Mailson teme entregar as estatais falidas ao novo governo. A edição de ontem do jornal **O Globo** anunciou que o governo iria mudar os critérios de apuração do IPC, excluindo itens supérfluos, como automóveis e cigarros. Mas assessores da Fazenda desmentiram qualquer medida nessa linha.

As empresas e pessoas físicas, portanto, ainda terão de conviver por algum tempo com inflação acelerada. Essa convivência implica fazer verdadeiros malabarismos para manter o valor do dinheiro. As grandes empresas preferem enfrentar as incertezas na economia com investimentos na própria atividade.

Mais informações sobre inflação nas páginas 4 e 6

O que pode vir por aí

